



ENTREVISTA

ANTÔNIO CARLOS FON – UM JORNALISTA INFILTRADO NA REPORTAGEM POLICIAL CONTRA A DITADURA

Marcio de Souza Castilho¹

RESUMO: Em fevereiro de 1979, durante intenso debate sobre o processo de anistia no Brasil, a revista *Veja* publica as reportagens “Descendo aos porões” e “Um poder nas sombras”, de autoria do jornalista Antônio Carlos Fon. A investigação jornalística se constitui em um dos trabalhos de maior repercussão na imprensa liberal sobre os sequestros, torturas e mortes de opositores do regime militar. Nesta entrevista, Fon aborda o início da sua trajetória política e profissional, a produção das reportagens em *Veja* – que ganharam uma versão ampliada com o lançamento, em julho do mesmo ano, do livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil* –, o impacto da obra na opinião pública e o processo de anistia, dentre outros temas. A entrevista integra uma pesquisa mais ampla sobre jornalismo, produção editorial e anistia.

PALAVRAS-CHAVE: *Anistia. Democracia. Ditadura. Imprensa. Política.*

ABSTRACT: In February 1979, during an intense debate about amnesty in Brazil, *Veja* magazine publishes the reports “Going down to the basements” and “A power in the shadows”, authored by journalist Antônio Carlos Fon. The journalistic investigation represents one of the works with the greatest impact in the liberal press on the kidnappings, torture, and deaths of opponents of the military regime. In this interview, Fon addresses the beginning of his political and professional trajectory, the production of the reports in *Veja* – which got an expanded version with the launch, in July of the same year, of the book *Torture: the history of political repression in Brazil* –, the impact of the work on public opinion and the amnesty process, among other topics. The interview is part of a broader survey of journalism, editorial production, and amnesty.

KEYWORDS: *Amnesty; Democracy; Dictatorship; Press; Policy.*

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense e vice-coordenador do curso de Jornalismo. E-mail: castilho.uff@gmail.com

Introdução

A entrevista a seguir foi realizada presencialmente, em 15/04/2023, na cidade de São Paulo, e gravada com a autorização do jornalista. O projeto teve a participação de bolsista Pibic² (Bolsa de Iniciação Científica – Instituto Nacional de Pesquisa), que contribuiu nesta fase na localização e contato com a fonte, além da transcrição dos áudios de modo a obtermos um registro textual das questões respondidas pelo pesquisado.

O lançamento da edição nº 546 da revista *Veja*, em 21 de fevereiro de 1979, mobilizou os órgãos que compunham a chamada comunidade de segurança e informações da ditadura³. Suas páginas traziam o resultado de seis meses de apuração conduzida pelo jornalista Antônio Carlos Fon com o objetivo de revelar a “história da montagem, funcionamento e desativação do aparelho repressivo” (*Veja*, 21/02/1979, p. 61). Em duas reportagens, sequencialmente intituladas “Descendo aos porões” e “Um poder nas sombras”, o repórter contextualiza a base jurídico-filosófica com a qual o regime procurou justificar as violências políticas, descreve o surgimento da Operação Bandeirantes (Oban) e a estruturação dos CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informação), bem como os treinamentos dos agentes e métodos de tortura empregados. Revela também a existência dos centros clandestinos onde eram realizadas as sevícias contra os opositores do regime, incluindo depoimentos de torturadores.

O próprio repórter já havia descido aos porões, uma década antes do material publicado por *Veja*, e sofrido a experiência traumática da tortura. Nascido em Salvador (BA), Antônio Carlos Fon, hoje com 77 anos, ingressara no Partido Comunista Brasileiro (PCB) aos 18, três meses após o golpe de 1964. Após dissidências dentro do PCB sobre o encaminhamento das lutas contra a ditadura, tornou-se militante da Ação

² Rhyann de Meira Martins Lima, aluno do 4º período do curso de Jornalismo da UFF, contemplado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

³ Dentre os órgãos do aparato repressivo destacavam-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ramificações regionais, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Libertadora Nacional (ALN) no final dos anos 1960. Foi preso em 29 de setembro de 1969 no apartamento onde morava, na esquina das avenidas São João e Duque de Caxias, na região central de São Paulo. No início daquele mês, já havia sido detido no Rio de Janeiro por forças de segurança em frente à casa usada por guerrilheiros da ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick, que resultou na libertação e transferência de 15 presos políticos para o México. Na ocasião, o jornalista foi liberado sob “alegação” de estar tirando fotografias para uma reportagem no *Jornal da Tarde* (BRASIL, 1979a). A informação consta no prontuário do repórter anexado ao informe nº 278/79/3, de 21/09/1979, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ).

Após a sua prisão em São Paulo, as torturas ocorreram logo nos primeiros dos 52 dias em que esteve encarcerado, principalmente nas dependências da Oban (34º Distrito Policial). Os agentes buscavam saber o paradeiro do irmão, Aton Fon Filho, também militante da ALN. Depois de 17 dias nos “porões” da Operação Bandeirantes, submetido a “pau-de-arara”, espancamentos e choques elétricos, o jornalista foi transferido para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e posteriormente para o Presídio Tiradentes. Foi libertado em 19 de novembro de 1969.

A descrição minuciosa dos recursos empregados pelos agentes da repressão seria rememorada nas páginas da revista. Um dia após a publicação das reportagens, o Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência São Paulo, circulou informe nº 0753/116, de 22/02/1979, com o assunto “Propaganda adversa – atividades de Antônio Carlos Fon”. Interessante observar que o documento não contesta a apuração do material publicado – ou parte dele – que teria sido “cuidadosamente preparado, rico em pormenores, muitos de veracidade incontestes”. Outro trecho corrobora esta linha de raciocínio: “A existência, contudo, de verdades irrefutáveis, até mesmo sobre pormenores, conhecidos nas Forças Armadas por alguns poucos, conduz à aceitação, como verdadeira, da toda a reportagem, por aqueles que não conhecem os fatos”. Não obstante, as denúncias de *Veja* sobre o aparato de repressão buscavam, na visão do SNI, promover sobretudo “a desmoralização das Forças Armadas”. Para os agentes

vinculados aos órgãos de inteligência do regime, o jornalista era um “instrumento nas mãos dos comunistas (ele mesmo comunista)”.

Pode-se deduzir outros objetivos, sem grande esforço. O objetivo poderia ser o de tranquilizar, de dissuadir todos aqueles que estejam dispostos a prestar apoio ao combate à subversão, como pode ser velada ameaça a outros que já tenham apoiado a repressão. Na realidade, fica a certeza: tão logo possam, os comunistas tornarão a agir da mesma forma (BRASIL, 1979b).

O monitoramento dos organismos de repressão sobre as atividades de Fon, especialmente após a publicação de “Descendo aos porões” e “Um poder nas sombras”, mostra o impacto das matérias de *Veja* nos círculos de poder. A situação dos presos políticos e exilados, as torturas e os desaparecimentos forçados eram temas recorrentes na imprensa alternativa, notadamente no jornal *Em Tempo* e nos semanários *Movimento* e *Opinião*. Já a investigação jornalística de Fon acabou se constituindo em um dos trabalhos de maior repercussão na imprensa liberal sobre o aparato de repressão política nos primeiros 15 anos da ditadura, entre 1964 e 1978. Também lhe rendeu reconhecimento por parte de jornalistas que faziam oposição mais direta ao regime militar com a entrega do I Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

766

Após a publicação das reportagens, o então ministro do Exército, general Fernando Bethlem, pediu o enquadramento do jornalista com base no Artigo 14 da nova Lei de Segurança Nacional (LSN). O referido dispositivo criminalizava qualquer cidadão por “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades instituídas” (BRASIL, 1978)⁴.

Em julho de 1979, a investigação jornalística ganhou uma versão ampliada no formato de livro-reportagem. A obra *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, um dos títulos da coleção *Passado & Presente* lançados pela Editora Global, surgia no contexto de intensos debates e negociações entre as diferentes correntes de oposição, no campo popular e institucional, e os comandantes militares sobre os rumos do processo

⁴ O processo foi extinto posteriormente com a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979 (MAUÉS, 2016).

de anistia. A primeira edição recebeu a chancela do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP), entidade para a qual o autor cedeu os direitos autorais. Também o fez para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. A atuação política e profissional do autor permaneceu como alvo permanente de vigilância da comunidade de informações. Apreciação nº 1408/43, de 25 de julho de 1979, da Agência Central do SNI, avaliava que o livro tinha “linguagem acessível” e “riqueza de pormenores dos métodos de interrogatórios”, fazendo com que o autor atingisse “seu objetivo de mostrar ‘a violência do Governo no trato de presos políticos’”.

Usando de meias verdades e da desfiguração dos fatos, o autor faz o Governo conivente com a corrupção e a violência policial. O livro denuncia, ainda, a "ajuda" da CIA norte-americana ao "sistema de repressão" do BRASIL e a "disputa" entre o CODI-DOI/SP e o DOPS/SP, pelo primeiro grau de eficiência. A descrição de todos os métodos de tortura, usados no BRASIL, servem a conclusão do livro que choca, deprime e revolta o público-alvo contra o Governo (BRASIL, 1979c).

O conteúdo do livro aprofunda temas presentes nas reportagens originalmente publicadas em *Veja*, como a denúncia sobre a participação de empresários no financiamento a órgãos diretamente envolvidos no combate à “subversão”, incluindo premiação a agentes da repressão, e o detalhamento sobre as práticas de tortura contra militantes que faziam oposição armada ao regime, dentre eles Virgílio Gomes da Silva (“Jonas”), Joaquim Câmara Ferreira (“Toledo” ou “velho”), “Mario Japa” e Eduardo Leite (“bacuri”), dentre outros. O jornalista revela também que parte das execuções ocorria em centros clandestinos de tortura, como a Fazenda 31 de Março, em São Paulo, e a Ilha das Flores, uma das bases de atuação do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro.

As questões trazidas nesta entrevista foram elaboradas a partir da leitura e exame crítico das reportagens “Descendo aos porões”/ “Um poder nas sombras” e do livro *Tortura: a história da repressão política*. Neste sentido, interessou-nos saber também a visão do autor sobre as relações entre o poder político e o campo jornalístico em um momento no qual o país discutia o processo de descompressão política e que teve na edição da Lei 6.683, a Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979, o seu

momento de inflexão. Interessante observar que, a despeito do ostensivo monitoramento dos órgãos de informação da ditadura e de represálias contra o jornalista, evidenciadas na tentativa do ministro do Exército de enquadrá-lo na LSN, a chamada grande imprensa, incluindo *Veja*, cumpria um papel de formar consenso em torno de uma abertura “lenta, gradual e segura” nos moldes propostos por Ernesto Geisel (1974-1979) e seu estrategista político, o general Golbery do Couto e Silva. Ambos manifestavam publicamente o interesse em promover a liberalização política, mas em nenhum momento perder o controle sobre tal processo na conjuntura marcada pela rearticulação de grupos de oposição em diferentes frentes em meados dos anos 1970 e disputas internas no campo militar. Para Geisel e Golbery, era estratégico o apoio da imprensa no projeto de distensão de modo a manter controlados setores da caserna que se opunham ao processo de redemocratização, desde que no tempo e nas condições impostas pelos militares. A entrevista confirma esse aspecto, que pode ser observado nas táticas enunciativas adotadas no livro no sentido de desvincular a figura de Geisel das violações dos direitos humanos nos chamados “porões” da ditadura. O trecho de *Tortura* a seguir ilustra esse aspecto:

768

O relatório do ex-presidente da República, general Ernesto Geisel não negava as violências, embora as circunscrevesse ‘aos excessos naturais que se seguem à vitória de qualquer movimento armado’. A lisura com que foram conduzidas aquelas investigações não pode, de qualquer forma, ser contestada. ‘É preciso deixar bem claro que o presidente sempre foi contra a tortura’, conta um ex-membro de sua assessoria direta, ‘antes, por motivos puramente morais; depois, em 1975, lembro-me de tê-lo ouvido dizer que, ainda que não fosse imoral, a tortura é uma burrice’ (FON, 1979, p. 32)

O esforço em desvelar as violências políticas cometidas pela ditadura na tentativa de contribuir, junto a outras produções jornalísticas do período, para o esclarecimento circunstanciado das mortes e desaparecimentos forçados por motivação política permaneceu no horizonte profissional de Fon em trabalhos subsequentes. Em agosto de 1980, já atuando pelo *Diário da Manhã* (GO), produziu a série de matérias “Desaparecidos políticos” em que revela a localização dos corpos de Maria Augusta Thomaz (“Neusa”) e Márcio Beck Machado (“Raimundo”), mortos pela repressão em

1973 quando atuavam pelo Movimento de Libertação Popular (Molipo). Os restos mortais foram encontrados na Fazenda Rio Doce, localizada no município de Rio Verde, naquele Estado. A exemplo das matérias em *Veja*, a cobertura ganhou intensa repercussão na opinião pública, mobilizando os movimentos reunidos em torno da luta pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. A série, produzida em equipe, conferiu a Antônio Fon e aos repórteres Marta Regina de Souza e José Nery Guarabyra Netto o II Prêmio Vladimir Herzog.

‘A gente precisa aprender como age a polícia contra os comunistas’

A entrevista a seguir foi realizada presencialmente, em 15/04/2023, na cidade de São Paulo, e gravada com a autorização do jornalista. O projeto tem a participação de bolsista Pibic⁵, que contribuiu nesta fase na localização e contato com a fonte, além da transcrição dos áudios de modo a obtermos um registro textual das questões respondidas pelo pesquisado. Integra uma pesquisa mais ampla que propõe examinar publicações de não ficção de teor jornalístico relacionadas com o processo de anistia no Brasil. A metodologia do trabalho também inclui o uso de fontes bibliográficas, a consulta aos fundos documentais relacionados ao aparelho repressivo e a análise crítica das produções editoriais. As entrevistas com jornalistas e editores têm o objetivo de complementar e/ou confrontar as informações obtidas na pesquisa empírica, bibliográfica e documental. No início da entrevista, Antônio Carlos Fon aborda o seu começo no Partido Comunista, aos 18 anos, que coincidiu com o seu ingresso no Jornalismo, logo após o Golpe de 1964. Ele começou a trabalhar na *Folha de S. Paulo*, mas não em redação. Atuava na contabilidade do jornal e, para evitar a demissão de um funcionário, conta que promoveu uma greve, afetando diretamente as receitas da empresa. Por conta da paralisação, afirma que a direção do jornal recuou, não demitindo o empregado por justa causa. Fon não teria, por seu turno, uma carreira longa de contador na *Folha*. Após a greve, afirma ter sido recrutado pelo Partido Comunista, o que para ele era a “realização de um sonho”.

⁵ Rhyann de Meira Martins Lima, aluno do 4º período do curso de Jornalismo da UFF, contemplado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Como foi seu ingresso no Partido Comunista?

Antônio Fon: Eu já me considerava comunista. Desde os 14 anos, eu disse para o meu pai que era comunista. Evidentemente não era. Entrei para o Partido quatro anos depois. Foi em 1964, três meses depois do golpe. Fiz a greve [na *Folha de S. Paulo*] quando fui convidado para entrar no Partido Comunista. Era a realização de um sonho. Conheci o secretário-geral do Comitê de Imprensa do partido na época, o João Adolfo da Costa Pinto. A gente ficou muito ligado e o Costa Pinto, fascinado, pois via um garoto de 18 anos entrar no partido quando todo mundo estava saindo. Nós tínhamos um jornal do partido chamado *O Combate*. Não estava circulando porque ninguém queria sair com um bloco do jornal para distribuir. Eu era muito garoto... acho que era mais irresponsável do que corajoso. Eu pegava aquele bloco e distribuía para os militantes do partido. Eu ganhei a afeição do Costa Pinto e do “Toledo” (Joaquim Câmara Ferreira), que tinha sido o secretário de agitação de propaganda do Comitê de Imprensa. Eu fui o sucessor dele. Atuava na área de informação. O Costa Pinto me mandou falar com o Nabor Caires de Brito, outro velho comunista que estava dirigindo um jornal de direita chamado *O Dia*, de São Paulo. ‘Contrata ele’, disse o Costa Pinto. ‘Contratar para fazer o quê?’ ‘Para fazer reportagem policial, porque a gente precisa aprender como age a polícia contra os comunistas’.

770

Então você entrou na imprensa tradicional como agente infiltrado do partido. Assim foi o seu início na profissão?

Antônio Fon: Sim, para saber como a polícia perseguia os comunistas.

Como lidava com esta questão de trabalhar em diferentes veículos [além de *O Dia*, Antônio Fon teve passagens na revista *Visão* e nos veículos *Diário Popular*, *Jornal da Tarde* e *Aqui São Paulo*] de perfil liberal e conservador? Em todos eles, você tinha como missão atuar como infiltrado em órgãos de imprensa da direita?

Antônio Fon: Essa era minha tarefa. Quando estava no partido, eu era da área de informação. Os meus dois comandantes da época eram o Costa Pinto e o “Toledo”. O Costa Pinto vai para a direção nacional da ALN (Ação Libertadora Nacional). O Costa Pinto era o ideólogo da ALN. Não era o Marighella nem o “Toledo”. O “Toledo” já vinha fazendo esse trabalho de inteligência desde o partido. Eu era um quadro numa área que ninguém queria. A ideia era que eu fosse para as publicações mais reacionárias. Se fosse para jornais de esquerda, que ‘catzo’ de informação eu poderia obter?

E foi importante esta experiência porque você conseguiu obter várias fontes dentro do aparato de repressão do regime, inclusive para fazer as matérias “Descendo aos porões” e “Um poder nas sombras”, na edição de 21 de fevereiro de 1979 em *Veja*?

Antônio Fon: Quando saí de *Visão*, fui trabalhar com outro cara que admirava muito, o Samuel Wainer, que estava lançando um jornal chamado *Aqui São Paulo*, mas não durou muito porque eu me desentendi com a toscaiada lá. Fiquei desempregado e o Tão Gomes Pinto, grande nome da *Veja* na época, me levou para a revista no início de 76. Ele era um cara ótimo. Não era comunista, mas que pena. Puta caráter. Essa matéria sobre a tortura é interessante porque eu trabalhava na editoria Brasil da *Veja*, uma revista conservadora, principalmente depois da saída do Mino Carta, quando ficou a direita direitona. Então, dá-se a briga interna da direita do Golbery contra a extremíssima direita, que queria dar um golpe no Golbery.

771

Havia uma disputa interna entre o grupo ligado aos “castelistas”, do qual fazia parte Geisel e Golbery, e militares insatisfeitos com o processo de abertura política no final dos anos 1970...

Antônio Fon: Sim, e o Golbery cobrou da *Veja* uma matéria contra o Sylvio Frota [General Sylvio Frota, ministro do Exército do governo Geisel, entre 1974 e 1977] e a extrema direita. Era uma coisa para ele, para protegê-lo. E quem podia fazer isso? Eu.

A origem da reportagem se relaciona então com o uso que Geisel/ Golbery faziam da imprensa liberal em meio às disputas no meio militar sobre os rumos do processo de descompressão política?

Antônio Fon: Tanto assim que quem dá a primeira relação de nomes de militares a serem entrevistados é a direção da *Veja*. Eu tinha muito contato na polícia, não entre os milicos, principalmente porque eu já tinha sido preso em 69.

Mesmo com essa articulação entre Golbery e *Veja*, houve represálias...

Antônio Fon: E para publicar? Eu reescrevi essa matéria 4 ou 5 vezes. O José Roberto Guzzo, que era diretor de redação da *Veja*, lia a matéria e devolvia dizendo que era impublicável.

Mas por iniciativa própria ou por determinação do governo?

Antônio Fon: Aí eu não posso te dizer. Quem dizia que a matéria era impublicável e que eu precisava reescrever era o Guzzo.

Você se recorda sobre o que precisava ser reescrito?

Antônio Fon: É difícil lembrar agora. Era praticamente tudo. Tinha muita coisa. O objetivo da matéria era pegar o Sylvio Frota e inimigos do Golbery. E pegava também amigos, como Octávio Costa [chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, durante governo Médici]

A reportagem de *Veja*, que ganharia no mesmo ano uma versão ampliada no livro “Tortura”, procura de fato não implicar Geisel na política de tortura e extermínio de opositores. Percebe tal estratégica como tática da brecha para conseguir publicar a matéria?

Antônio Fon: Sim. Não fosse isso, o Guzzo não teria publicado a matéria. Tinha que ter esse cuidado. Afinal de contas, eu era da chamada área de inteligência. Não concordo que seja inteligente, mas... dependendo do tipo de burrada que eu cometesse deixava de ser da inteligência.

Os direitos autorais da primeira edição do livro foram cedidos para o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP) e para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Em cada edição, você procurou ajudar, através da venda dos exemplares, entidades ligadas aos setores mais progressistas?

Antônio Fon: Em todas as edições. Cedi os direitos para o CBA, depois para o pessoal que estava reorganizando a UNE, para o sindicato dos jornalistas de São Paulo, depois da greve, para a igreja que estava organizando a campanha contra a fome. Não podia botar a mão naquele dinheiro. Eu nunca peguei um tostão daquele livro.

O livro chegou a ter boa vendagem. Foram sete reimpressões...

Antônio Fon: Na primeira edição, tínhamos certeza de que o livro seria apreendido. Então, foi feita “teoricamente” uma edição de três mil exemplares, mas na verdade a primeira edição foi de 30 mil⁶.

Mas não houve apreensão...

Antônio Fon: Não, não houve. Foi uma surpresa, nós tínhamos certeza de que seria apreendido. Foram duas tiragens: uma oficial de 3 mil e uma clandestina de 30 mil.

Qual o significado político deste trabalho? Em que medida as reportagens com as denúncias sobre o aparato repressivo do Estado autoritário brasileiro foram importantes para o processo de abertura política? Consegue fazer uma avaliação hoje?

⁶ Denise Fon, que acompanhou a entrevista ao lado do marido, trabalhava à época em agências de notícia internacionais e comenta que colaborou na divulgação do livro no exterior: “Eu trabalhava na United Press e na Associated Press. Mandava as matérias para lá e eram todas publicadas”.

Antônio Fon: Consigo sim. Consigo até com alguma facilidade e vou te explicar o porquê. A maior repercussão, o maior peso da reportagem não foi no Brasil; foi no congresso dos EUA. O Jimmy Carter era o presidente. Uma deputada democrata fez um discurso no congresso americano dizendo o seguinte: ‘Olha, temos que prestar atenção no que vai acontecer com o senhor Antônio Carlos Fon e com esse livro’. E mostrou o livro. “Porque o Figueiredo está falando em abertura, mas vai depender do que vai acontecer com este livro e com esta figura. Se ele for preso e se esse livro for proibido, significa que é tudo mentira, tudo para enganar o congresso americano. Então temos que observar. Para dizer que há realmente um processo de abertura, que merece crédito no Brasil, vai depender do que acontecer com esse livro e essa figura’. Essa foi a coisa mais importante, porque o governo brasileiro foi encostado na parede.

Na sequência, em agosto de 1980, você produziu com outros jornalistas do *Diário da Manhã* (GO) uma série de reportagens sobre as circunstâncias do desaparecimento de dois militantes políticos em Rio Verde, Goiás, que também teve grande repercussão na opinião pública e no campo político. Como foi o processo de apuração?

774

Antônio Fon: um ex-companheiro da ALN me disse: ‘tem um emprego em jornal de Goiânia’. Como tinha uma filha e precisava trabalhar, disse que topava. Estava indo de carro para Goiânia e ele me relatou: ‘olha, lá foram assassinados dois companheiros – um casal – não sabemos onde, mas foram enterrados em uma fazenda’. Em Ribeirão Preto, falei com uma companheira que me colocou em contato com o Índio [líder camponês Irineu Luiz de Moraes, liderança da ALN]. Ele me falou: ‘eles foram mortos em uma fazenda na cidade de Rio Verde e foram enterrados lá mesmo’. Fui para Goiânia e chegando lá fiz uma série de matérias. Comecei a procurar informações sobre Rio Verde.

Foi a sua primeira matéria pelo *Diário da Manhã*?

Antônio Fon: Não. Já tinha publicado várias outras. Aí fiquei sabendo de um cara chamado César Bastos [ex-deputado federal e dirigente do PT em Rio Verde]. Ele me disse: ‘Sei sim, foram mortos em tal fazenda e foram enterrados lá’. Ele me levou até a fazenda.

Qual a sua avaliação sobre o processo de anistia e a atuação dos Comitês Brasileiros pela Anistia no final dos anos 1970 e início dos anos 1980?

Antônio Fon: É uma questão que diz muito do momento político que vivíamos no mundo. O presidente Jimmy Carter se apresentava como um democrata e um incentivador da democracia. Ele era contra os regimes que os EUA implantaram na América Latina. No Brasil, tínhamos um número grande de presos e de pessoas fora do país. Na verdade, o que houve foi a luta das famílias dos presos políticos pelos seus parentes. Entre os políticos a gente tinha o Brizola e os brizolistas. O Partido Comunista, na época, era contra a própria luta pela anistia, porque isso poderia dificultar a volta da legalidade democrática. Eles estavam muito interessados em participar da vida política. O PT ainda não existia. Nós tínhamos um apoio grande dos sindicatos dos jornalistas em São Paulo, que viria a ser um ponto de aglutinação posteriormente do PT.

775

Referências

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1978

BRASIL. Ministério da Justiça. **Informação nº 278/79/3/DSI/MJ**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 21 de setembro 1979a. Assunto: Fundação do “Comitê Brasileiro pela Anistia”.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Informação nº 0753/116/ASP/79**. São Paulo, SP: SNI/ Agência São Paulo, 22 de fevereiro 1979b. Assunto: Propaganda Adversa – Atividades de Antônio Carlos Fon.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Apreciação nº 1408/43/AC/79**. Brasília, DF: SNI/ Agência Central, 25 de julho 1979c. Assunto: Análise de Propaganda Adversa (Livro “Tortura – a história da repressão política no Brasil”).

FON, Antônio Carlos. **Tortura, a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

FON, Antônio Carlos. Descendo aos porões. **Veja**, São Paulo, n. 546, p. 60-64, 21 fev. 1979.

MAUÉS, Flamarion. "Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970". In REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão: seis estudos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.